

16/12/90

Poente e reporte afimazhins pergunto ainda fomue o' que os membros da Assembleia deu que estende pela Colenda. Ganga fomos lhes com faga aquilo que lhes i' devidos. Sera que ses elita de segunda? Pergunta ainda - Nen havendo mui nenh' a justa den a Presidente de Vere a Serra fom encorrido. De mensus se levaram acto que fom a um assinado.

~~Aldeia  
José Calisto Lourenço~~

Foi ultimo dada fin.

ACTA MUNICIPAL BNZ

Ar quinz' dias do mês de Dezembro de mil novecentos e novente fela vint' e unha hora e quinze minutos clama-se encontro à Quinta Sesão Ordinária da Assembleia Municipal de Alter do Chão com a seguinte Ordem de Trabalhos: Princímo - Informações do Senhor Presidente do Conselho, e concr. das Actividades Municipais;

Segundo - Ofícios e votações do Orçamento e Plano de Actividades do Municipio fom o seu de mil nove e novente e um. Foste a Chamada constabanciada os fells da Deputação Municipal, Don José Lúcio, Don José Vieirinho, Nuno Andrade, José Afonso, Don José Braga e Superiora Piamente. Foste a leitura dos actos da sessão anterior fai a mensus afavorde fom municipele.

A Presidente de Niss, Don José Superior, começo fom informar a Assembleia, no periodo de dutes da ordem do dia, de correspondências recehidas. Deu conta d'as mesmas fidelicidade num reunião fom o Presidente da Assembleia Municipal do Concelho do Distrito de Póvoa de Lanhoso, realizada em Niss, h'ys, segundo disse, tomado e iniciativa de fazer o convite para que essa mensus reunião tome lugar em Alter no proximo dia. Como membro do grupo encarregado de discutir e resolver o problema das transportes escolares, referiu a sua participação numa reunião com a Escola CTS onde v'da fico,

15/12/90

zind, decidido, dividido e polémico desde a volta da  
horizon.

Federico fala com o deputado Paster para recordar e ques-  
tão entre os locais que do Cine-Festivo e do novo  
Centro para o Príncipe Sado, com o que se não concordou  
na altura da discussão, tendo defendido que, onde foi  
escolhido o Cine-Festivo devia ter sido o LDR. No retorno  
de questões está o facto de ter constatado que a localização  
do deserto fogo em construção está a prejudicar que  
os acessos de visitantes e um ponto de partida em quinto,  
que é iluminado de maneira, matando - que não é  
esta correcta e poderia ser ilegal e ocupação do  
espelho fogo num qualquer ohne.

O deputado Costa fala com Federico para recordar um pouco  
o processo que levou a constução do Cine-Festivo no  
sítio onde está e da polémica gerada na altura. Lembram  
que, tal como o Senhor Paster, não concordou com a sua  
feitura naquela lugar pois já tinha sido aprovado o pro-  
jeto do mesmo para o Almoço e se devia deixar aquela  
lugar para outras iniciativas, talvez a do novo LDR ou outra.

Quando da seguinte discussão sobre o Almoço, disse, e  
com a justificativa de que o técnico da Universidade de  
Física, tinha pensado, estaria de vez ir resolver já, levan-  
do de novo a questão de fumar e para os referidos  
técnico e pronunciaram-se, pois, na sua perspectiva e  
segundo não foi feito o contrário, o sítio ideal para  
constuir o Cine-Festivo era mesmo o Almoço. Lembram  
ainda que também neste Assembleia o deputado Joaquim  
Mariz levantou objecções à localização, que do LDR em  
constução, que da deserta fogo, eliminando a ideia de  
uma zona verde. A sua opinião é que a Assembleia Municipal,  
concluiu, embora sobre matéria não mais não tem competente  
para decisões, talvez não existissem juntas estes problemas.  
A Deputado Joaquim Mariz no final da fala não quis  
dizer de expressar a sua já referida declusão pelo

16/12/90

aspecto deslinhado e fio que, em sua opinião, é o maior das referidas obras.

O deputado José Adelindo pediu a falaras para considerar que se deve occasionar o processo de formar e formar de interesse público o Álbum. Porque também se a certeza recebida foi este Assembleia subscreve pelo seu honroso Mário Nogueira Projeto, já tinha sido respondido.

A Presidente da Mesa responderam estas a mesmas fazendo de uma reunião com o seu honroso Presidente da Câmara e de apresentá-las de uma reunião com os seus investidores, tal como decidido neste Assembleia em sede de Sessão. Pessoalmente de seguida ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, durante a falaras o seu honroso Presidente da Câmara, para informar da actividade realizada desde a última sessão.

Conseguiu por referir as reuniões com as juntas de freguesias de formar e ouvir as suas previsões para o próximo ano e com o Arquitecto Sousa Lino, non curor do Projecto de Caixa de Crédito Agrícola. Referiu a realização no Concelho do Campeonato Nacional de Futsal. Em relação ao pedido de empréstimo de sempre nelas contas não ter sido ainda desbloqueado pois o cunhado non foi através do B.E.S. afim de que se fizesse um empréstimo de dez ton centos non pôr, sendo a nona Câmara priorizáre as suas situações. Voltou a falar das dificuldades financeiras da Câmara e das dificuldades de gestão nessa situação pois continua a ser sujeitado frequentemente pelas cidadãs, tendo havido já um empréstimo que quase abandona a obra. Deu conta da visita ao Concelho com o seu honroso non da arriba CTS e de uma reunião no Álbum subordinada ao tema - O seu enunciamento no meio passado. Falendo de Investidores informou que a firma Francisco Soeiro e Filhos comprou um terreno com o intuito de explorar pedras e fizerem a mineração. Após negociação e aceitação da Presidente da Câmara ao encontro da

14/12/90

Assembleias Municipais, informou ter vido falar o leitor  
concernido ao Senhor Alcalde por trás um motorista e  
outros contra ele na Câmara enviado para a Rodoviária  
e sua concordância com o facto de cinco mil euros  
para o transporte da Oficina de Sampaio, apurando  
resposta. As posteriormente reunidas desobstante em  
termos da Câmara após revistas das ordens emitidas na  
determinada estação, segundo disse antes de informar  
que o funcionário Francisco Fausto Buzalho deixou de  
funcionar na guarda de ferrolho. Aunado a acusado do  
Conselho Consultivo da Transportes encobrir e uma falhança  
sob o despacho da ADPAE sobre Diogo Mendes de Vilarinho.

Disse ainda que a Cava do dípo, e Venda do Almeida não  
já considerados de interesse público. Porém em 2001  
sobre do seu não quer deixar de se referir ao reuniãoamento  
com a Assembleia que, em seu entender, tem sido salvo  
e fortin. As diligências têm sempre que existir, segundo  
disse, e quando as críticas, como aponta, forem constructivas  
e o reuniãoamento correcto, é logo a 2002 concerteza as objec-  
tivas que todos pretendem.

O deputado António, no período da pergunta, chegou a atacar  
para a proliferação de césas velhas, para o bussor um vez,  
que as suas foram alcatroze e para a falta de limpeza um  
ordenanças.

O deputado José Agostinho se não consulte que fez a  
Sampaio de Chaves e pede não a transversalizar para que  
é construção da Lapa, principiante e de Chaves, não só em  
encardas com missão de fiscalização.

O deputado António Agostinho se foi escusada alguma garantia  
de obras da Lapa de Chaves uma vez que o cumprimento da  
honorabilidade é obra. Pergunta ainda que é data da conquis-  
tação de obras da Lapa form em detrimento.

O deputado José Sampaio Agostinho se ainda houver  
alguma referente ao seu em causa e que, foi, respondido  
sabe, e dividido ao subscritor concedido em Pombalino ainda

16/12/90

não fui fazer. Pergunto se isso se satisfaz as dividas referentes a este e outros subsídios que eventualmente existem por fazer.

O Residente de Cunha em relação as questões levantadas considera que não é certo que todo o que se faz é de responsabilidade do vicente da césar, que salvo da existência de algumas buscas, o que é questão de concessões é conhecido, tornando-se urgente e sua reunião para, facilmente, os do jardim onde o césar está beneficiado devido as estreitas da ferro. Quanto ao que o Vicente fez a Cunha quanto ao problema e que não admite que seja diretamente ou sub-explicitado o Léo da Cunha. Estas coincidiram em novembro um. Do lado de Seda tem o projeto e em novembro e dois tenta-se a sua conclusão.

Dizendo relativamente ao Léo da Cunha, disse não ter sido acionado qualquer beneficiário, pois o dinheiro em conta não é muito, para além do empate não havendo com o Tribunal. Pensa, segundo disse, não existir qualquer problema com o cumprimento da fatura na obra da derrida fogo, já que o desembolso foi pelo INHT e' 2º fogo e anterior. Continuou com a questão dos subsídios.

Em relação ao subsídio da Promotoria pensa que existir algum equívoco. Os critérios de desbloqueamento dos subsídios pressupõem tal actividade realizada, tal necessidade urgente e tal fundo exercido. Seus vizinhos dividem, disse, para as freguesias de Cunha, Chaves e Alter, que é São Gonçalo Murticóndiz e freguesia de São Pedro. Verificou particularmente em tudo o mais fez o que é possível. Dizendo que se houve urgente compõe um multo dinheiro.

Mas como? Como se o dinheiro não chega? Perguntou.

O deputado José Serrinha respondendo justificou que explicou desde relativamente ao subsídio pensa que é um menor período desbloquear os mesmos e foram mais distritos, o que fazê-lo ficar nessa rigor um critério que de distribuir que de determinar que quantidade.

13/12/90

Partiu de seguida ao Segundo Ponto da Ordem de trabalhos. O Deputado Góis intervém dizendo que o Plano de Actividades e o Orçamento fizeram mil novos empregos e novos e que estes melhoraram em relação ao anterior, sendo de destacar o significativo aumento nas receitas faturistas, foi esta a razão e comemorou um Simpósio e o Fundo de Equilíbrio financeiro aumentou em cerca de vinte mil contas. No sector das receitas salientou ainda o facto de, com receitas faturistas com a cobertura da dívida, teria havido um aumento de dois mil contas. No âmbito das despesas comissionou que estavam bem o facto de serem diferentes, daí resultar uma dívida, as percentagens nos descontos efectuados fazem a Segurança Social. Em relação a outras verbas preferiu não se pronunciar já que, como vêm sendo habitual, quando as verbas forem ou forem em excesso, serão feitas as necessárias justificações.

O Deputado Calita na sua intervenção sobre os documentos em discussão começou por referir, também, a sensível melhoria na apresentação dos mesmos, principalmente do Plano de Actividades, constatando-se todo o facto de terem sido tomadas em conta as sugestões feitas pela Assembleia Municipal na ilha, sendo no que se refere ao Centro de Saúde, ao problema do transporte escolar e ainda aquelas que vêm sendo sustentadas pelo CDS da ilha, nas discussões, citando como exemplo os arranjos existentes da rede de transportes em terra sul, terra, neste Plano, a constituir uma prioridade. Tinha ainda que o papel vigilante da Assembleia mantinha-se, de forma a fazer cumprir o princípio no Plano, para que no fim do período que possuem digam "muito bem", foi feito um bom trabalho e um trabalho equilibrado, com justeza e melhoria à vida da população da Madeira.

O Deputado António Góis com também foi realizar

14/12/90

2 deshonras das cidades da Assembleia em discussão. Em relação à reação falar, não que se refere à conferência, mas falar que não queria, pois as mesmas não seriam discussões que o fizesse. Aprofundar para esclarecer que o referido ato não constituição do CID/NA nem é culpa da estrutura local.

Diz-se depois que quando a Câmara se propôs fazer o questionamento Socialis tem que ter em conta que existem pessoas profissionais que têm uma palavra e dizem no desenvolvimento do projecto e na construção das mesmas, não fazendo de um eventual aforo vir a ser negado. Isto é, no entanto, que o intercâmbio com a Sociedade Social deve ser feito através da Associação.

Nas despesas, disse, não contempla uma verba para a recuperação de casa despendida, mas não vi, apesar da Câmara o ter feito, também, nenhum verba destinada a apoiar a construção do novo bairro.

Nas várias destinações d'rede vizinha não um significativo declínio e fomos se isto significativa discussão não futura é necessária nenhuma.

Sobre a possível construção do possível novo Centro de Saúde opinou que lhe foi confirmado pelo Dr. Doutor Zecher que foi dito a último sítio, isto é, a confirmar-se o interesse da Câmara estes devia avançar, sendo as várias da CID/NA, neste caso, desbloqueadas directamente para a Administração Regional de Saúde. Confirmaram também essa dificuldade de causa para o já referido Centro Integrado. A Presidente de Mesa, no âmbito destes problemáticas, confirmou as dificuldades posteriores ao adquirir da causa para o Centro de Saúde, pois as mesmas estavam sujeitas a reto, mas achou que se deve enfrentar esta situação e tentar adquirir o direito à instalação do mínimo possível.

O deputado José de Oliveira relatinhou ao Plano defensivo como bom e positivo, congratulando-se, ele próprio, por a Câmara ter em aberto o que disse à Assembleia. Disse ainda que

16/12/90

Es documento sob o culminar de um ano de mandato anteriormente positivo no funcionamento da Assembleia, permitindo-se este ano ter mais possibilidades sobre a sua atitude em relação ao Plano e Documento para o seu seguinte, do contrário das outras duas em que esteve na Assembleia, em que só assumiu duas bairros, o que originou sempre a sua abstenção.

O Presidente da Mesa no uso da palavra agradeceu os elogios do Deputado José Afonso e do mesmo tempo a colaboração de todos os Deputados desta Assembleia. Embora fosse, tal como afirmado anteriormente, que é a Assembleia desenvolver um trabalho positivo, pensa que o mesmo pode ainda melhorar se forem feitos só mesmo um funcionamento administrativo que possa desenvolver todos os aspectos burocráticos. Em relação ao Plano de Actividades e nas suas reuniões realizadas, segundo disse, foi feita agradecida.

O Deputado José Sampaio referindo-se ao Plano respondeu a sua classe e a sua apresentação sucinta. Embora, em sua opinião, que tudo já estivesse dito, não quis deixar de chegar a abrigo para o facto de estarem presentes pessoas de urbanização na Horta do Chafariz da Boa Vista, estando que as mesmas não pudessem falar devido ao uso da Urbanização já iniciada e que urge acabar.

O deputado José Andrade relativamente ao documento em discussão, considerou que o mesmo só sobrepõe responsabilidade do executivo e afirma que o actual secretário não quer dizer que a fiscalidade não contribua exactamente ao caso. Faz notar que neste Assembleia foi nomeada uma Comissão para regular o trânsito na Rua de Alter e que no Plano em discussão não consta nenhuma verba para o trânsito. Afirma que a dita não figura esquecida. Fazendo ainda que Andrade tem crise mais importante, neste momento, que é construir de um Centro de Saúde. Embora tanto devoção Boa Vista e todos os presentes.

14/12/90

Subscrito o deputado Celso ainda no inílio do Plano de Actividades, sugerindo que seja criado um Regulamento que normalize o acesso à vida profissional para atender à habitação desejada. Afirmando que deseja Boas-Festas e fui apresentar a colheitas de todo o deputado, congratulando-me pelo seu trabalho e sentido democrático que fazem com que vivam uma democracia completa, dialogante e produtiva para o Concelho.

A Dona Maria Eugénia, Presidente da Mesa, determinou a discussão dos inícios e votação em separado do documento aprovador.

Posto a votação o Plano de Actividades foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes.

Posto a votação o Orçamento para milhares e milhares e um foi o mesmo aprovado também, por unanimidade dos presentes.

Visto estarem presentes alguns assistentes e antes da sessão a Sessão, a Presidente da Mesa, den-lhes a palavra.

A Senhora Maria Eugénia fez questão de expor à Assembleia as opiniões habitacionais que neste momento se efectuam e que fazem também pelo desagrado dos vizinhos que moram por cima, pelo seu praticidade.

A Senhora Nada Menezes Projetez Soldelli afirmação para responder ao Presidente da Câmara quais os locais onde irão ser colocados os professores e se as mesmas estão prontas.

O Presidente da Câmara respondeu dizendo que os professores estão prontos. Quanto ao problema de habitação perencido pela Senhora Maria Eugénia disse isto é do o mesmo em conta a previsão de afora.

Nada mais havendo e haverá a Presidente da Mesa den-lhe encerrado a Sessão da qual se lembrou este Acto que fizessem a assinar:

Alcega

~~força popular~~  
José António de Oliveira Ferreira  
ACTA NÚMERO DOZE

Um diaz diaz do mês de Março de mil novecentos e noventa e um, pelas quinze horas, deu-se inicio a sessão legislativa ordinária prevista no Regimento da Assembleia com o seguinte Ordem de Trabalhos:

1º: Início: Discussão sobre o horário das sessões da Assembleia;  
2º: Segundo: Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal;

3º: Terceiro: Discussão e votação sobre o Reporte de Representante por distribuição de bolos de estudo;

4º: Quarto: Discussão e votação do Reporte de Representante para distribuição do Prémio Municipal de Construção Civil;

5º: Quinto: Pedido de autorização para condizer um certificado intermédio de vinte e quatro milhas de corrida.

6º: Sexto: e chamada contabilidade das faltas da delegação do Município Tomar: Mário Almílhe, José Eduardo & José Afonso.

O Presidente da Mesa fez a correspondência recebida.

Foi feita a leitura da Acta da Sessão anterior que a vereação aprovou por unanimidade com uma abstenção.

Releu-se plenário o deputado Braga que em declarações politicas dirigidas a esta Assembleia, dando conta da sua desvinculação do Partido Socialista, fazendo, desde agora, a condição de vereador independente.

O Presidente da Mesa deu conta à Assembleia sobre o contacto que tem estabelecido e propósito do debate sobre a Escola referindo o propósito de incertezas sobre a constitucionalidade da Comissão nomeada para o efeito.

Após intervenção do deputado José Pires que questionou a validade e do deputado Carneiro que confirmou serem as mesmas legítimas ficou definido que a mesma Comissão constituida pelo Deputado Engenheiro Tomás António & o Deputado José Pires.

Releu-se ao Plenário Projecto de Ordem de Trabalhos com